

Impacto dos gastos com Previdência Social e servidores em ano eleitoral leva economistas a desconfiar de um bom resultado fiscal

Dívida Pública

Despesas aumentam e são teste para o governo

VICENTE NUNES

DA EQUIPE DO CORREIO

O equilíbrio das contas públicas, um dos pilares da credibilidade do país, passará pelo maior teste do governo Lula nas próximas duas semanas. É nesse período que será divulgado o resultado do superávit primário (receitas menos despesas, sem levar em conta os gastos com juros da dívida) de maio, já contabilizando os impactos da aprovação do Orçamento de 2006 e do reajuste do salário mínimo nos cofres da Previdência Social. As projeções feitas pelos economistas não são nada animadoras. Eles acreditam que o superávit acumulado em 12 meses cairá de 4,54% (até abril) para algo como 4,31% do Produto Interno Bruto (PIB) — o menor patamar desde maio de 2004 —, reduzindo drasticamente a margem de manobra para o cumprimento da meta de 4,25% fixada para todo o ano.

Pelos cálculos de Eduardo Velho, economista-chefe da Mandarim Gestão de Recursos, a queda do superávit primário decorreu, principalmente, da elevação do rombo do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). A seu ver, com o salário mínimo subindo para R\$ 350, o buraco na Previdência bateu, no mês passado, em 2,2% do PIB — até abril, estava em 1,97%. Velho também chama a atenção para o brusco aumento dos investimentos federais, embalados pela eleição presidencial de outubro. Nos primeiros cinco meses deste ano (até 29 de maio), os gastos nessa rubrica cresceram 78% quando comparados aos de igual período de 2005. Mantido esse ritmo, diz, nos 12 meses encerrados em junho, o superávit primário poderá ficar abaixo da meta de 4,25% do PIB, apesar de o governo dizer que isso não ocorrerá.

Ao se debruçar sobre a execução orçamentária do governo, disponibilizada por meio do Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi), Velho ficou impressionado com o ímpeto do governo para gastar. Entre janeiro e maio, incluindo os restos a pagar de 2005, os desembolsos para investimentos totalizaram R\$ 3,8 bilhões, quase três vezes mais do que nos primeiros cinco meses do governo Lula. O volume de recursos empenhados para obras também disparou. Mas dos R\$ 2 bilhões reservados no Orçamento, 74% ou R\$ 1,5 bilhão foram empenhados somente no mês passado. Pelas contas de Velho, o empenho de R\$ 1,5 bilhão em maio representa mais do que o dobro da média registrada no mesmo mês desde 2002.

Mas não é só: o empenho de R\$ 1,5 bilhão faz com que maio de 2006 figure como o oitavo mês de maior empenho de recursos dos últimos quatro anos. “E, em junho, não será muito diferente. Os 15 primeiros dias deste mês, pelos registros do Siafi, mostram que o empenho de recursos para investimentos continua acelerado”, destaca o economista da Mandarim.

No limite

Na opinião de Sandra Utsumi, economista-chefe do Banco BES Investimentos, é até compreensível que o governo acelere os gastos com investimentos no primeiro semestre do ano, já que, a partir de 30 de junho, não poderá mais se comprometer com nenhuma despesa para obras devido às restrições da lei eleitoral. O problema é que, com o forte aumento de gastos nos primeiros seis meses e o impacto do aumento do salário mínimo no caixa da Previdência Social, a folga para o cumprimento das metas de superávit primário está ficando cada vez menor.

Monique Renne/Especial para o CB/14.4.05



APOSENTADOS FAZEM MANIFESTAÇÃO POR AUMENTO NO BENEFÍCIO: CONGRESSO CONCEDE REAJUSTE DE 16%

SINAL DE ALERTA

O aumento das despesas federais

Gastos com investimentos¹

Com base no período entre janeiro e maio de cada ano

Em R\$ bilhões



Saldo primário em anos de eleição

Em % do PIB

Acumulado em 12 meses	1994	1998	2002	2006
Dezembro ²	2,61	-0,91	3,70	-4,83
Abril	3,52	-0,76	3,33	4,54
Maio	3,43	-0,89	-3,24	4,31 ³
Dezembro	5,04	0,01	4,01	4,25 ⁴

¹ Incluem restos a pagar

² Sempre do ano anterior

³ Estimativa

⁴ Meta fixada pelo governo

Fontes: Mandarim Gestão de Recursos, Banco Central e mercado

Editoria de Arte/CB

Em outros períodos pré-eleitorais, o superávit efetivo no primeiro semestre era maior do que a meta perseguida para todo o ano, deixando espaço para um eventual aumento de gastos (veja quadro).

É justamente por o governo ter optado por trabalhar no limite do superávit, afirma Luís Otávio de Souza Leal, economista-chefe do Banco ABC Brasil, que está chegando a hora da verdade para o ajuste fiscal. “Daqui por diante, será cada vez mais difícil para o país cumprir a meta de 4,25% do PIB. O governo está aumentando gastos que terão repercussão nos próximos anos, sem que haja mais espaço para a elevação da carga tributária. Creio que, em 2007, o quadro fiscal já se mostrará dramático”, enfatiza.

Em termos de arrecadação, lembra Eduardo Velho, da Mandarim, em abril, o governo já não contará com a primeira cota do ajuste do Imposto de Renda da Pessoa Física (R\$ 1,8 bilhão), com a primeira cota do IR da Pessoa Jurídica e da Contribuição Social sobre Lucro Líquido (R\$ 1,02 bilhão), nem com a cota parte do petróleo e do gás (R\$ 2,1 bilhões)

e com a taxa anual de fiscalização dos serviços de telecomunicações (R\$ 1,2 bilhão). Foram essas receitas pontuais que ajudaram o superávit de abril a atingir recorde histórico, amainando as críticas. “Agora, a sintonia terá que ser fina no controle do superávit. Além dos gastos maiores já incutidos no Orçamento, teremos pela frente o reajuste dos servidores e o incremento dos programas sociais”, diz Velho.

É por isso, acrescenta Leal, do Banco ABC Brasil, que já há economistas apostando na pos-

sibilidade de o governo ter de recorrer ao Projeto Piloto de Investimentos (PPI), que abrangem gastos excluídos do cálculo do superávit, para complementar a meta de 4,25% do PIB. Os R\$ 3 bilhões em investimento do PPI deste ano, correspondem a 0,15% do Produto. Ou seja, se descontar o PPI, o superávit ficará em 4,10%, dizem os mais pessimistas. “Um péssimo sinal”, avisa Leal.

Disputa política

Na tentativa de tirar proveito político das desconfiças do mercado, a oposição procura difundir a idéia de que, ao acelerar os gastos em ano eleitoral, o governo patrocina uma “farra fiscal”.

Na avaliação do líder do PT na Câmara, deputado Henrique Fontana (RS), a oposição não tem como falar em farra fiscal quando aprova na Câmara aumento de 16% para os aposentados que recebem mais do que um salário mínimo. “Medidas como essa, sim, podem desequilibrar as contas públicas”, diz.

Longe da disputa política, Sandra Utsumi, do Banco BES Investimentos, endossa Fontana. “Se o reajuste de 16% for realmente concedido a todos os aposentados e pensionistas do INSS, o déficit da Previdência Social fugirá ao controle, e o ajuste fiscal ficará comprometido”, alerta.